

A força do mando e o mando da força: Paulo Honório proprietário e narrador

Miguel Makoto Cavalcanti Yoshida*

Benjamin Abdala Júnior**

RESUMO:

Este artigo analisa alguns traços de Paulo Honório, narrador-protagonista de *São Bernardo*, de Graciliano Ramos. Um dos focos da análise é evidenciar sua conduta autocrática, própria da classe dominante brasileira, sobretudo por meio do uso da força para manter sua dominação enquanto proprietário; destaque-se também a formalização literária dessa força em sua narrativa, que constitui um ganho formal do autor. Comparativamente, retoma-se diferenças e semelhanças com outros narradores proprietários na literatura brasileira.

PALAVRAS-CHAVE: Realismo. Autocracia. Saber letrado. Violência.

Introdução

O romance *São Bernardo* (1934) de Graciliano Ramos, ao narrar a trajetória de vida de Paulo Honório, guarda semelhança – de forma e de fundo – com outras obras da literatura brasileira que tem como tema e foco a vida de proprietários rurais brasileiros; mencione-se, principalmente *Memórias Póstumas de Brás Cubas* (1881) e *Dom Casmurro* (1890), de Machado de Assis, cujos protagonistas (e narradores) são membros da classe dominante. Esta convergência temático-formal não nos parece obra do acaso, mas a expressão literária de questões sociais próprias da realidade brasileira, parafraseando Roberto Schwarz (2003). Além disso, essa autorreferência à própria tradição literária nacional situa o autor alagoano dentro de um já consolidado sistema literário brasileiro, nos termos de Antonio Candido (2000).

Se há, de fato, uma retomada não só dos temas, mas também da forma – proprietário que é também narrador –, ela aparece com diferenças e nuances próprias de cada um dos autores e do seu tempo histórico, ou de seu *locus* enunciativo. Por um lado os romances machadianos expressam uma conduta de dominação baseada na “desfaçatez de classe”, em que a brutalidade do escravismo é encoberta por um cinismo por parte dos narradores com ares liberais, tendo o capricho como elemento central – e aqui estamos no terreno das ideias fora do lugar (SCHWARZ, 2000). Por outro, Graciliano Ramos narra a “construção de um burguês”, que segundo Carlos Nelson Coutinho se faz através de seu próprio esforço e que mantém uma prática de dominação predominantemente sob a lógica burguesa, aquela em que a principal mediação é a mercadoria e o dinheiro. O que acompanhamos aqui é a extensão – e concretização das relações sociais capitalistas para o campo brasileiro. Para nós, é possível afirmar com Carlos Nelson Coutinho que as ideias entram em seu lugar a partir do século XX no Brasil, algo que exploraremos a seguir. (COUTINHO, 2011)

Tanto Brás Cubas quanto Bento Santiago, Bentinho, são proprietários rurais e narradores de sua – própria história, isto é, conhecemos suas trajetórias de vida através de suas próprias perspectivas, típicas de senhores de escravos. Algo a se destacar daí é justamente o fato de um comportamento social de classe ser erigido em princípio formal da narrativa, um dos aspectos que trabalharemos adiante.

As ideias ainda fora de lugar: dois proprietários-narradores

Brás Cubas é marcado, nos termos de Roberto Schwarz (2000), pela sua volubilidade enquanto narrador regida pelo seu capricho, cuja expressão primeira é a de se colocar na condição de defunto autor, que lhe exime de quaisquer compromissos ou responsabilidades com o que quer que seja; o segundo, encoberto por sua suposta casmurrice, busca a adesão do leitor em sua acusação à esposa Capitu. Interessa-nos, aqui, notar que a de dominação de classe no Brasil, fundada na autocracia proveniente do regime escravista, encontra seu complemento – que tenta aparecer como contraface – em uma marcada “desfaçatez de classe” levada a cabo por ambos os narradores; isso é uma das principais conquistas formais da literatura brasileira no século XIX. Como já apontado por Roberto Schwarz, Machado de Assis – tanto o da primeira quanto da segunda fase – se encontra em um momento histórico cujas bases sociais de existência, em termos de relação de classe, residem no escravismo e no favor: o primeiro diz respeito diretamente aos proprietários e trabalhadores escravizados; o segundo envolve o “homem livre”, que apenas aparentemente se coloca fora da relação entre os dois primeiros. Outro aspecto determinante dessa análise é que tal relação de favor, em alguma medida, encobre o seu outro polo que é o da força e do autoritarismo, parte constitutiva do regime escravista, fazendo dele (o favor) algo também autoritário. Daí que as ideias liberais que guiaram a política brasileira desde a independência (1822), mas, sobretudo, às vésperas da proclamação da república (1889) se mostram como uma ideologia de segundo grau, nas palavras do crítico:

Neste contexto, portanto, as ideologias não descrevem sequer falsamente a realidade, e não gravitam segundo uma lei que lhes seja própria – por isso as chamamos de segundo grau. Sua regra é outra, diversa da que denominam; é da ordem do relevo social, em detrimento de sua intenção cognitiva e de sistemas [...] Assim, com método, atribui-se independência à dependência, utilidade ao capricho, universalidade às exceções, mérito ao parentesco, igualdade ao privilégio etc (SCHWARZ, 2000, p. 19).

Neste sentido, ainda de acordo com Roberto Schwarz, a questão é que estas ideias eram ao mesmo tempo socialmente impraticáveis e úteis, pois constituíam um traço da elite brasileira em busca de “justificar” ou “explicar” a sua prática tanto entre eles quanto para o exterior. Esse descompasso no plano da vida ideológica aparece também na prosa brasileira, que se consolidava enquanto sistema literário. E é aqui que o fazer literário de Machado de Assis opera uma síntese, constituindo uma superação em termos dialéticos¹: o capricho, expressão do espírito ou do caráter das elites do suposto descompasso brasileiro – baseado social e economicamente no regime escravocrata, mas proclamando ideias liberais – se torna princípio formal. Com isso, inova o modelo de romance realista europeu em uma bem sucedida fatura literária que equaciona forma e fundo a partir da experiência histórica de um país na periferia do capitalismo.²

O narrador é unilateral e nós, leitores, só temos acesso a que o seu capricho permite, fazendo com que possamos desconfiar dele. Este traço não se caracteriza mais como uma inadequação relativamente à forma realista do romance, mas passa a ser traço constitutivo da produção machadiana. Isso opera um ganho formal do sentido da produção literária brasileira, pois se podemos afirmar com Antonio Candido (1996) que uma das principais características da nossa literatura – em seus momentos decisivos para a constituição do sistema – foi a do seu caráter empenhado, “certa encarnação literária do espírito nacional”, “sentimento de missão”, isso agora é substituído pela “desfaçatez de classe” (SCHWARZ, 1991, p. 87-88).

Graciliano Ramos já nos anos 1920-1930 também adotará como método de composição de seus romances a narração em primeira pessoa. É o que pode ser percebido em *Caetés* (1933), *São Bernardo* (1934) e *Angústia* (1936), isso para nos atermos à sua obra eminentemente ficcional. O segundo guarda paralelo ainda maior com as obras mencionadas de Machado de Assis, sobretudo com *Dom Casmurro*, pelo fato de o narrador ser também um proprietário rural e por ter o ciúme como um dos elementos dinâmicos.

No entanto, é necessário precisarmos também as diferenças entre os escritores e as obras, sobretudo pelo momento histórico vivido ou ainda pela adequação literária do processo social, nos termos do crítico Roberto Schwarz. Para nós, nos anos que separam as obras em questão (1881-1934) – se tomarmos os anos de publicação são exatamente 53 – ocorre um processo de consolidação do capitalismo no Brasil. No plano da sociabilidade burguesa em abstrato, um dos elementos marcantes dessa diferenciação – que se expressará também na fatura literária em questão – é que:

[A burguesia] Dilacerou sem piedade os laços [...] que mantinham as pessoas amarradas a seus “superiores naturais” sem pôr no lugar qualquer outra relação entre os indivíduos que não o interesse nu e cru do pagamento impessoal e insensível “em dinheiro” [...] Dissolveu a dignidade pessoal no valor de troca e substituiu as muitas liberdades, conquistadas e decretadas, por uma determinada liberdade, a de comércio. Em uma palavra, no lugar da exploração encoberta por ilusões religiosas e políticas ela colocou uma exploração aberta, desavergonhada, direta e seca (MARX; ENGELS, 2008, p. 12).

Ou seja, o dinheiro assume o papel central na dominação de classe, ainda que sejam várias as mediações históricas – próprias da formação social brasileira – que constituirão a consolidação do capitalismo no Brasil. No terreno histórico, a lei de terras e a proibição legal (mas não de fato) do tráfico negreiro são expressões desse processo em que a lógica da mercadoria passa a ganhar cada vez mais espaço. Contudo, faz-se necessário mencionar também que a realidade, à época, escravocrata deixou marcas profundas na forma de ser tanto dos trabalhadores – escravizados e os “homens pobres livres” da cidade – quanto dos senhores, e aqui a mediação do favor (SCHWARZ, 2003) assume importante papel na consolidação do capitalismo brasileiro. É esta a lógica – a da mercadoria e do dinheiro – que subjaz à prática de Paulo Honório que, além disso, se qualifica pela particularidade do processo histórico brasileiro.

Em 1888 houve a abolição formal da escravidão e apenas um ano depois proclamou-se a república. (COSTA, 2010) Entre 1910-1920 há um processo de industrialização e urbanização sem precedentes fazendo com que grandes levas de imigrantes, sobretudo europeus, viessem desembarcar nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro. Para Florestan Fernandes esse processo histórico de consolidação do capitalismo ocorre como a transição da era senhorial para a era burguesa no Brasil. Este desenvolvimento é marcado por uma manutenção no padrão de dominação de classe em que apesar das rupturas – abolição, surgimento da república – as permanências predominam sem grandes transformações qualificando o caráter dependente do capitalismo brasileiro:

[...] em nenhuma das três fases o desenvolvimento capitalista chegou a impor: 1º) a ruptura com a associação dependente, em relação ao exterior (ou aos centros hegemônicos da dominação imperialista); 2º) a desagregação completa do antigo regime e de suas sequelas ou, falando-se alternativamente, das formas pré-capitalistas de produção, troca e circulação; 3º) a superação de estados relativos de subdesenvolvimento, inerentes à satelização imperialista da economia interna

e à extrema concentração social e regional resultante da riqueza (FERNANDES, 2006, p. 262).

As oligarquias rurais dominantes não foram depostas por uma burguesia ascendente; ao contrário, os elementos desta foram recrutados dentro das primeiras, de acordo com SODRÉ (2002, p. 572): “[...] a burguesia, que ascendia com celeridade, era recrutada na classe dominante e, muitas vezes, no senhor de terras coincidiam o banqueiro e o industrial [...]”. Esta manutenção no padrão de dominação – e na própria constituição – da classe dominante brasileira moldará o seu caráter autocrático carregado de heranças escravistas.³ A propósito disso concordamos com Carlos Nelson Coutinho:

[...] Com o início da industrialização, ou, mais precisamente, com a transição do modo de produção interno à fase propriamente capitalista (o que já se verifica também em certos setores da agricultura na época da abolição da escravatura, ainda que isso se dê de modo “prussiano”, ou seja, com a conservação de traços pré-capitalistas), as ideias importadas vão cada vez mais “entrando em seu lugar”, tornando-se mais aderentes às realidades e aos interesses de classe que tentam expressar. E isso porque a estrutura de classes da sociedade brasileira vai se tornando essencialmente análoga àquela da sociedade capitalista em geral. Com isso, as contradições ideológicas que marcam a vida cultural brasileira do século XX aproximam-se cada vez mais – ainda que sem jamais se igualarem inteiramente – às contradições ideológicas próprias da cultura universal do período (COUTINHO, 2011, p. 44).

É a partir destes termos que buscamos compreender as diferenças entre as perspectivas narrativas de Brás Cubas e Bento Santiago, e a de Paulo Honório.

Paulo Honório e a força e as ideias no lugar

Apesar de haver o traço comum de serem proprietários rurais em um país periférico, o momento histórico se configura de forma bastante diferente abrindo espaço a uma muito improvável ascensão social, no entanto, alcançada por Paulo Honório. Algo que marca toda a trajetória do dono de S. Bernardo é o fato dele não pertencer à classe dominante por herança ou por vínculos familiares – segundo o próprio narrador, é “iniciador de família”. Isto é, ele ter se tornado proprietário foi uma conquista exclusivamente sua e para isso ele se valeu de todos os meios à sua disposição desde o seu trabalho, da relação clientelista com políticos para conseguir empréstimos, de “operações comerciais embrulhadíssimas”, até a utilização deliberada da violência – tanto para concretizar negócios como para ampliar sua propriedade.

Os recursos intelectuais e as referências culturais utilizadas pelos narradores proprietários machadianos na construção de seus enredos são qualitativamente diferentes daqueles de que Paulo Honório se vale. Estas marcas estão explícitas nas referências que Brás Cubas e Bentinho fazem à tradição literária ocidental, incorporando ao seu desenvolvimento narrativo temas de Shakespeare; menções a Stendhal, Xavier de Maistre, Virgílio entre outros. Justamente esse refinamento na dominação pode desembocar, em alguma medida, no cinismo adotado pelos narradores que é parte constitutiva da “desfaçatez de classe” dos proprietários que se valiam das ideias fora do lugar.

Paulo Honório – além de sua condição de proprietário ser fruto já da sociabilidade burguesa que lhe deu espaço para ascensão social e lhe deu o poder de dominação nua e crua

através do pagamento em dinheiro – até os 18 anos foi trabalhador do eito, depois de ter sido guia de cego, e aprendeu a ler na cadeia em uma bíblia de protestante. Ele não compartilha da tradição intelectual bacharelesca e sua dominação se dá de forma direta, com violência, ou seja, os recursos da retórica e do refinamento intelectual não fazem parte do seu instrumental de dominação; ele se vale sobretudo da força.

Para nosso argumento, são estes dois polos que marcam as diferenças entre os narradores em questão. Em outras palavras, a necessidade deste proprietário manter uma conduta brutal para garantir sua dominação se explicita na narrativa sem precisar de qualquer rodeio para disfarçá-la; as relações de favor – e suas necessidades –, que à época de Machado encobriam a brutalidade do regime escravista, têm agora sua mediação no poder de compra nu e cru do dinheiro.

Paulo Honório – pelo que conhecemos de sua prática – é figura exemplar da consolidação conservadora da dominação burguesa, pois ao mesmo tempo em que é fruto das transformações capitalistas no Brasil, sua mentalidade é plasmada pela tradição de dominação oligárquica constituindo o que em termos sociológicos Florestan Fernandes denominou “autocracia burguesa”.⁴

Neste sentido, podemos relacionar o seu recurso à violência – como algo corrente e trivial – a uma herança escravocrata, regime de trabalho que perdurou por mais de 400 anos aqui, incorporada pelas elites burguesas. A brutalidade de Paulo Honório é parte constitutiva (e por que não dizer necessária) de sua ação com vistas a concretizar o seu objetivo de ascender socialmente. É de se notar que a violência aparece para Paulo Honório como algo que desencadeia o seu caminho ascendente até conquistar S. Bernardo. Segundo o próprio narrador, o seu “primeiro ato digno de referência” – porque até então era um trabalhador de eito – foi esfaquear João Fagundes por causa de uma mulher. Tal ato lhe rendeu “três anos, nove meses e quinze dias na cadeia, onde aprendi leitura com o Joaquim sapateiro, que tinha uma bíblia miúda, dos protestantes” (RAMOS, 1976, p. 13).⁵ Após sair da cadeia ele não se submete mais ao trabalho assalariado, vai perseguir o capital sem descanso e o conquistará, não sem antes passar por grandes dificuldades – já que o capital de início se desviava dele –; ressalte-se que a violência é um recurso sempre presente e frequentemente utilizado a seu favor nas negociações. Ele nos narra com naturalidade os artifícios utilizados para concretizar o negócio com Dr. Sampaio:

O Dr. Sampaio comprou-me uma boiada, e na hora da onça beber água deu-me com o cotovelo, ficou palitando os dentes. [...]. Não desanimei: escolhi uns rapazes em Canclancó e quando o doutor ia para a fazenda, *cai-lhe em cima, de supetão. Amarrei-o, meti-me com ele na capoeira, estraguei-lhe os couros nos espinhos dos mandacarus, quipás, alastrados e rabos-de-raposa.*

– Vamos ver quem tem roupa na mochila. *Agora eu lhe mostro com quantos paus se faz uma canoa.*

O doutor, que ensinou rato a furar almotolia, sacudiu-me a justiça e a religião.
– *Que justiça! Não há justiça nem há religião. O que há é que o senhor vai espíchar aqui trinta contos e mais os juros de seis meses. Ou paga ou eu mando sangrá-lo devagarinho* (SB, p. 14, grifos nossos).

Este traço é uma constante em suas relações, uma vez que todas elas – assim como sua vida – são devotadas inteiramente aos negócios para conquista e ampliação de S. Bernardo que só se concretizaram pelo uso deliberado da violência. Em termos narrativos, não há qualquer preocupação do narrador em esconder essa brutalidade; ao contrário, pois ao descrever com certa minúcia alguns episódios que retratam essa sua conduta, ele a valoriza. Podemos mencionar a questão com o Mendonça, a reprimenda a D. Glória por atrapalhar o trabalho de Seu Ribeiro com conversas, a ida à capital para acertar as contas com o Brito, o

espancamento de Marciano, até a sua última discussão com Madalena pela carta que ela escrevia ao Gondim.

Como vimos, a força é o que garante a Paulo Honório sua posição social. No entanto, no meio do caminho dessa trajetória aparecem questões que vão fugir ao controle desse proprietário, e a brutalidade que o ajudou construir S. Bernardo passa a polo desagregador. E isso se dá principalmente quando entra em cena uma parte da realidade social que lhe é totalmente estranha e se faz ameaçadora: o saber letrado.

Luís Padilha – dono por herança de S. Bernardo – é uma expressão desse saber no romance e sua primeira aparição se dá no bilhar, sendo roubado no jogo, “completamente bêbedo”; logo em seguida ele “andava com um lote de caboclas fazendo voltas em redor de um tacho de canjica” (SB, p. 16) em uma festa, ou seja, a visão que o narrador nos passa deste que fora educado para ser doutor é a de um bebedor. Complementa essa apresentação o fato de Paulo Honório travar amizade com ele para concretizar seu plano de adquirir a fazenda que andava em cacos, pois Padilha não cultivava a propriedade e se ocupava apenas de festas.

Já mencionamos anteriormente que a ascensão social do protagonista é fruto de sua ação calculada, da concretização de um projeto de vida. O que nos interessa aqui é justamente a perspectiva pela qual o narrador retrata esse bacharel. Há um marcado desprezo por este personagem do início ao fim, que se mostra tanto no plano narrativo, pelas descrições que se faz dele, quanto no plano prático pela sujeição de Padilha às condições impostas por Paulo Honório para o seu trabalho como professor em S. Bernardo.

O estudo e o saber letrado são desvalorizados pelo narrador, homem prático, e vistos como algo secundário e desnecessário. Isto fica evidente, no tempo do enunciado, em sua opinião sobre se construir uma escola em S. Bernardo, empreitada levada a cabo apenas para garantir seu bom relacionamento com o governador,⁶ mas que se tornará um dos motivos de conflito com Padilha e Madalena.

No tempo da enunciação – da escrita do romance – ele, em alguma medida, vacila nessa desvalorização, pois se vê com dificuldades na construção da narrativa.⁷ O que percebemos nessa mudança de opinião é a adequação de diferentes conhecimentos para diferentes fins: na construção e gestão da propriedade, conhecimentos técnicos lhe bastavam; para refletir e comunicar a experiência de sua vida, eles se mostram insuficientes. O narrador é consciente disso:

O que é certo é que, a respeito de letras, sou versado em estatística, pecuária, agricultura, escrituração mercantil, conhecimentos inúteis neste gênero. Recorrendo a eles, arrisco-me a usar expressões técnicas, desconhecidas do público, e a ser tido por pedante. Saindo daí, a minha ignorância é completa. E não vou, está claro, aos cinquenta anos, munir-me de noções que não obtive na mocidade (SB, p.10-1).

Este conhecimento do qual ele tem “ignorância completa” se torna algo ameaçador a sua propriedade, pois lhe foge ao controle e sua perspectiva é a de ser senhor de todas as coisas. No campo das ideias, do saber “teórico” Paulo Honório não tem capacidade para subjugar ninguém, nem mesmo o seu empregado Marciano, fato assim exposto pelo próprio narrador:

À noite reuni Marciano e Padilha na sala de jantar, berrei um sermão comprido para demonstrar que era eu que trabalhava para eles. Mas atralhei-me e contentei-me em injuriá-los:

– Mal agradecidos, estúpidos.

Amunhecaram, e baixei pancada:

– Juízo de galinha. Embarcando em canoa furada! Tontos (SB, p. 56, grifos nossos).

Podemos perceber que na incapacidade argumentativa ele recorre novamente à sua posição de mando pela força injuriando os empregados.

Outro fio dessa trama – ligada também a esse mundo letrado – é Madalena, esposa de Paulo Honório, que se coloca como obstáculo à sua dominação ao pôr em causa a sua conduta (mando pela força) enquanto proprietário. Ela foge totalmente ao controle desse proprietário, pois não se submete ao mando do dinheiro, preferindo a morte. Situemos brevemente essa personagem.

A decisão de estabelecer relação – conjugal – com Madalena parte de uma resolução prática de Paulo Honório com vistas à perpetuação de sua propriedade. A mulher segundo a racionalidade capitalista de Paulo Honório seria, neste sentido, apenas um instrumento para lhe prover o herdeiro. A partir disso a sua busca assume os contornos de um negociante atrás de um bom negócio. O pragmatismo e a rapidez de Paulo Honório podem ser vistos também aí, pois pouco tempo depois de encontrar Madalena pela primeira vez, ele toma a resolução de que ela era a pessoa adequada. Ele vê nela uma fragilidade aparente – pelos seus atributos físicos – que lhe caberiam perfeitamente aos seus fins: conceber um herdeiro e se manter sob sua batuta.

Estamos no terreno da reificação, própria da sociedade capitalista na qual as relações entre as pessoas são mediadas pelas relações entre coisas, tudo e todos se tornam mercadorias passíveis de serem trocadas. Este fenômeno se inicia nas relações estabelecidas na produção e se generalizam para o conjunto das relações sociais se tornando uma forma própria de existência do modo de produção capitalista.⁸

Esta é a perspectiva de Paulo Honório ao encarar Madalena, primeiro, de forma segmentada – como pernas e peitos, depois como uma pequena frágil, sem levar em conta os seus aspectos para além da sua aparência, mencionando rapidamente que ela era uma pessoa educada, sisuda instruída; depois ao tratar de seu casamento como mais uma negociação corrente. Desta forma é possível percebermos como suas ações para se aproximar de Madalena e propor-lhe o casamento seguem a mesma lógica da conquista de S. Bernardo; ele age planejadamente buscando as condições para concretizar essa transação. Por outro lado, é interessante notar que para ela a proposta de Paulo Honório também aparece como uma boa oportunidade de resolver suas dificuldades financeiras e garantir uma vida segura para sua tia e para si, isto é, torna-se também um bom negócio. No que toca à concretização do casamento, como era de se esperar pelo já mencionado, o narrador nos relata essa cena tal como uma transação comercial.

Vemos aqui a já mencionada racionalidade capitalista no planejamento e execução de suas ações. A contradição daí decorrente é que a sua decisão se baseou justamente na perspectiva de encarar Madalena como uma mercadoria a ser submetida a uma transação comercial, considerando que sua aparente fragilidade e características físicas, suas pernas e peitos, eram toda ela; equívoco por ele descoberto imediatamente após o casamento:

Desde então comecei a fazer nela algumas descobertas que me surpreenderam. Como se sabe, eu me havia contentado com o rosto e algumas informações ligeiras.

Tive, durante uma semana, o cuidado de procurar afinar a minha sintaxe pela dela, mas não consegui evitar numerosos solecismos. Mudei de rumo. Tolicie. Madalena não se incomodava com essas coisas. Imaginei-a uma boneca da escola normal. Engano (SB, p. 87).

Madalena se mostra, desde os primeiros dias, extremamente sensibilizada pelas precárias condições de trabalho e de vida dos trabalhadores de S. Bernardo, bases de sustentação da prosperidade de proprietário. Ela age, constantemente, em defesa dos empregados procurando amenizar as agruras de suas vidas, o que gera para Paulo Honório custos, para ele inúteis. Ela assume, cada vez mais, uma feição ameaçadora à ordem estabelecida em S. Bernardo; passa a questionar a brutalidade do proprietário no trato com os empregados, o baixo ordenado deles etc. Somente ao fim da narrativa é que vemos explicitadas um dos motivos dessa solidariedade de Madalena aos trabalhadores. Ela viveu em sua infância e adolescência em condições análogas às deles, ela se identifica com os trabalhadores.

Concretizado o fito da vida de Paulo Honório em S. Bernardo – propriedade constituída e funcionando a todo vapor, casamento consumado e herdeiro concebido – ele se depara, no entanto, com algo que não contava. O seu mando a partir da força passa a ser percebido com outros olhos – que não os da naturalização dos trabalhadores “molambos”, tal como ele caracteriza Marciano – por D. Glória; passa a ser colocado em causa por Padilha, junto aos empregados, e sobretudo por Madalena que o questiona diretamente. Constitui-se, assim, uma contraposição à sua conduta de proprietário, que, no entanto, ele não abandona. Podemos estabelecer uma relação desse questionamento com a presença cada vez maior do saber livresco em S. Bernardo. Isto é, cresce ali uma zona fora do seu controle, uma ameaça que corre o risco de se estender aos trabalhadores do eito até então completamente subjugados a ele tanto em termos econômicos quanto de conhecimento, pois o seu saber prático – calcado pelo mando – era de grande valia. A apropriação desse saber teórico por seus empregados é motivo de preocupação de Paulo Honório, pois aí reside um risco à sua dominação; recordemos a postura de Marciano ao reclamar das condições de trabalho em S. Bernardo, atitude que o proprietário debita aos ensinamentos de Padilha. Da mesma forma ele encara a prática de Madalena que ao fornecer vários bens tanto à velha Margarida quanto a Rosa, colocava aos trabalhadores a viabilidade de possuírem melhores condições de vida. Este sentimento do dono de S. Bernardo agrava-se com um contratempo no descarregador de algodão e na serraria: um dínamo emperrado paralisara a produção durante alguns dias e lhe causaria perdas. Ele enxerga dentro de São Bernardo as forças que podem interromper o seu processo de acumulação.

Coerente com sua conduta, ele se prende à força para manter sua dominação e retomar o controle. Deixa Padilha preso na escola – fato relatado pelo narrador com certo prazer⁹ –; ao perceber que Madalena não partilhava da sua perspectiva enquanto proprietário e que nutria outra concepção de mundo, ele a vê fora de seu controle e até em contraposição a ele.¹⁰ A sua brutalidade expressa em injúrias e pancadas contra todos os que se colocavam como obstáculo à sua dominação assume, para com Madalena, a forma de ciúmes. “Procurei Madalena e avistei-a derretendo-se e sorrindo para o Nogueira, num vão da janela. [...] Misturei tudo ao materialismo e ao comunismo de Madalena – e comecei a sentir ciúmes” (SB, p. 121). Este sentimento se torna uma constante na relação entre os dois e qualquer atitude de Madalena era vista sob essa perspectiva. Constitui-se na verdade uma tentativa de retomar o controle da situação, algo que, não consegue.

A violência e a brutalidade são os principais instrumentos para se manter a dominação. O saber letrado, ou ainda os recursos intelectuais, aparece num primeiro momento como elemento ornamental ou passível de ser comprado – veja-se, por exemplo, a relação de Paulo Honório com os jornais e com a justiça – que, no entanto, foge de seu controle ao se tornar elemento questionador da sua conduta. Donde podemos depreender a perspectiva do narrador em desvalorizar em toda linha esse tipo de conhecimento.

Por mais que após a tragédia que se instaura em S. Bernardo – decorrente também da crise capitalista de 1929, no plano econômico, e da Revolução de 1930, no plano político

– o narrador se proponha a refletir e escrever sua história buscando uma explicação para seu desfecho, ele não abandona a perspectiva do lucro; ele vê um milheiro dos livros sendo vendidos.

Além disso, toda a reflexão propiciada pela escrita não o faz abandonar a sua perspectiva de mando, pois chega a concluir que se vivesse de novo, tudo seria exatamente igual, ou seja, a sociabilidade que rege o seu pensamento – e também sua prática – tem o limite da autocracia burguesa. Em outras palavras, a emancipação não é possível nos marcos que balizam a vida do narrador. Estendendo a reflexão para a realidade brasileira, podemos retomar a formulação de Florestan Fernandes sobre a forma própria do desenvolvimento capitalista brasileiro e seu caráter dependente. Um desenvolvimento em circuito fechado cujos avanços das forças produtivas só serão efetivados em dependência com o centro imperialista em benefício apenas dos de cima e, mais ainda, sem levar a cabo a concretização de direitos e de reformas sociais burguesas.

Paulo Honório é uma forte expressão literária do caráter autocrático e conservador da classe dominante brasileira que, ao longo da história, para se manter nessa posição negocia e abre concessões entre suas diversas frações, mas solapa qualquer tentativa de reivindicação dos de baixo (FERNANDES, 2006, p. 244). O golpe civil-militar de 1964, levado a cabo pela burguesia brasileira e internacional como contrarrevolução preventiva, e a recente ofensiva conservadora contra qualquer tipo de melhora de vida ou conquista aos trabalhadores empobrecidos – disfarçada em uma questão regional entre sudeste e nordeste do país – guardam paralelo com a conduta brutal da dominação desse proprietário que, ao ver em seu caminho obstáculos à sua acumulação desenfreada, age para retirá-los do caminho.

No plano da composição, podemos perceber que há, em alguma medida, um aprofundamento da inovação formal iniciada por Machado, pois Graciliano recupera uma forma realista marcada pelas condições sociais brasileiras. A perspectiva do narrador em não ter qualquer pudor ou vergonha de sua brutalidade, isto é, da força como elemento principal da dominação; e de mesmo após uma profunda reflexão sobre sua história, em que constata sua prática desumana, apenas reafirmá-la compondo a narrativa.

Graciliano Ramos ao construir Paulo Honório e sua narrativa deixa evidente o caráter contraditório deste ser, isto é, o historiciza e busca compreendê-lo em sua integralidade, contraditória. Em termos críticos, figura aqui um dos elementos constitutivos do método de composição realista, tal como compreendido por G. Lukács:

Marx e Engels exigiam dos escritores de seu tempo, por conseguinte, que – através da caracterização dos seus personagens – eles tomassem apaixonadamente posição contra os efeitos perniciosos e envilecedores da divisão capitalista do trabalho e colhessem o homem na sua essência e na sua totalidade. E exatamente porque percebiam na maior parte dos seus contemporâneos a falta dessa aspiração à integralidade, do anseio pela totalidade, a orientação para o essencial, e à essência, consideravam-nos epígonos sem importância (LUKÁCS, 2012, p. 21).

O ganho formal do autor alagoano é justamente construir um personagem com uma “aspiração à integralidade [...] anseio pela totalidade”, num capitalismo periférico dominado por uma autocracia burguesa, na figura de um proprietário rural que tem um claro desprezo pelo conhecimento letrado, ou pela cultura dos bacharéis. Paulo Honório ascende socialmente independente deste, mas sua tentativa de aspiração à integralidade se dá pela *escrita*, pela *narração* da história de sua vida transformada em um romance –também, como tudo para ele, uma mercadoria – algo próprio do campo da linguagem e do conhecimento letrado que ele tanto desprezara.

The power of order and the order of power: Paulo Honório as a landowner and narrator

ABSTRACT:

This paper analyses some features of Paulo Honório, main character-narrator, of *São Bernardo*, novel by Graciliano Ramos. One of the scope of analysis is to highlight his autocratic behavior, which is peculiar to Brazilian dominant class, mainly his use of violence to maintain his domination as a land owner. Another aspect is the formalization of this force in the story, one of the authors' innovations in form. Comparatively, it retrieves differences, as well as similarities, with other land owner-narrators in Brazilian literature.

KEY-WORDS: Realism. Autocracy; Literate knowledge. Violence.

Notas Explicativas

*Doutorando do programa de Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa da Universidade de São Paulo. Tradutor da antologia *Cultura, arte, literatura: textos escolhidos de Karl Marx e Friedrich Engels*. Membro dos grupos de pesquisa Estudos Comparados: Graciliano Ramos – pontes literárias, socioculturais e com outras artes, da Universidade de São Paulo; Modos de Produção e Antagonismos Sociais da Universidade de Brasília.

**Professor titular de Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa da Universidade de São Paulo e bolsista do CNPq. Autor, entre outros títulos, de *A escrita neorrealista*; *Literatura, história e política*; *De voos e ilhas: literatura e comunitarismos*; e *Literatura comparada e reflexões comunitárias*, hoje. Foi fundador e ex-presidente da ABRALIC; representante de Letras e Linguística e membro do CTC-ES, pelas áreas de Ciências Humanas da CAPES, e representante de Letras no CNPq.

¹São vários os meandros e os passos para essa inovação formal – que foge ao escopo do presente trabalho – passando pelos romances urbanos de José de Alencar, pelas Memórias de um sargento de milícias, pelos romances da primeira fase machadiana. Para uma análise aprofundada e fecunda desses momentos cf. entre outros: CANDIDO, A. “Dialética da malandragem...”; SCHWARZ, R. *Ao vencedor as batatas*; Machado de Assis: Um mestre na periferia do capitalismo.

²Sobre isso Roberto Schwarz diz-nos o seguinte em sua análise de Iaiá Garcia: “[...] com especial destaque para a combinação de autoridade e irresponsabilidade, os seus desdobramentos adquirem a força generalizadora através da qual a forma, em literatura, faz as vezes de realidade. Do ponto de vista do realismo, Machado tocava terra e transformava um grande ritmo social em elemento de organização literária [...]” (SCHWARZ, 2003, p. 198); ou sobre as Memórias Póstumas de Brás Cubas: “[...] O foco da mimese e da apreensão do quid histórico se desloca do narrado para o ritmo específico do narrador, cujas implicações no tempo, ou para o tempo, são a quintessência do livro. [...] a façanha não está nos acintes à cronologia, notoriamente emprestados a Sterne, mas na sua adaptação à estrutura social brasileira, bem como na imaginação rigorosa de suas consequências para o sujeito.” (SCHWARZ, 2000, p. 203); ou ainda sobre D. Casmurro: “Por exemplo, os excelentes recursos intelectuais vinculados a Bento Santiago não representam uma contribuição a mais para a civilização do país, e sim, ousadamente, a cobertura cultural da opressão de classe. Longe de ser a solução, o refinamento intelectual da elite passa a ser uma face – com aspectos diversos, positivos e também negativos – da configuração social que o romance saudosamente relembra, ou desencantadamente põe a nu (SCHWARZ, 1991, p. 88).

³ “[...] o desenvolvimento capitalista foi percebido e dinamizado socialmente, pelos estamentos ou pelas classes dominantes, segundo comportamentos coletivos tão egoísticos e particularistas, que ele se tornou compatível com (quando não exigiu) a continuidade da dominação imperialista externa.” (FERNANDES, 2006, p. 262).

⁴ “[...] a dominação burguesa se associava a procedimentos autocráticos, herdados do passado ou improvisados no presente, e era quase neutra para a formação e difusão de procedimentos democráticos alternativos [...] Entre as elites das classes dominantes havia um acordo tácito quanto à necessidade de manter e de reforçar o caráter autocrático da dominação burguesa, ainda que isso parecesse ferir a filosofia da livre empresa, as bases legais da ordem e os mecanismos do Estado representativo [...]” (FERNANDES, 2006, p. 243).

⁵A edição utilizada é *São Bernardo*, 26 ed. Rio de Janeiro: Record, 1976. Daqui em diante citaremos apenas com SB.

⁶“–Escola! Que me importava que os outros soubessem ler ou fossem analfabetos?

– Esses homens de Governo têm um parafuso frouxo. Metam pessoal letrado na apanha da mamona. Hão de ver a colheita”(SB, p. 40).

⁷“Ora vejam. Se eu possuísse metade da instrução de Madalena, encoivarava isto brincando. Reconheço finalmente que aquela papelada tinha préstimo” (SB, p. 10).

⁸“O caráter de coisa que as relações sociais adquirem na forma mercadoria é, agora, o caráter das objetivações humanas: elas se coagulam numa prática social que os agentes sociais particulares não reconhecem como sua. O fetichismo mercantil passa a ser fetichismo de todo o intercâmbio humano” (NETTO, 1981, p. 85).

⁹“[...] O meu primeiro desejo foi agarrar o Padilha pelas orelhas e deitá-lo fora, a pontapés. Mas conservei-o para vingar-me. Arredei-o de casa, a bem dizer prendi-o na escola. Lá vivia, lá dormia, lá recebia alimento, boia fria, num tabuleiro” (SB, p. 132).

¹⁰“Sim senhor, Conluiada com o Padilha e tentando afastar os empregados sérios do bom caminho. Sim senhor, comunista! Eu construindo e ela desmanchando (SB, p. 119).

Referências

CANDIDO, A. *Formação da literatura brasileira*. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000.

COUTINHO, C. *Cultura e sociedade no Brasil: ensaios sobre ideias e formas*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

COSTA, E. V. *Da monarquia à república*. 9. Ed. São Paulo: Unesp, 2010.

FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Globo, 2006.

LUKÁCS, G. “Introdução aos escritos estéticos de K. Marx e F. Engels”. In: MARX, K-ENGELS, F. *Cultura, arte e literatura*. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

MARX, K., ENGELS, F. *Manifesto do partido comunista*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

NETTO, José Paulo *Capitalismo e reificação*. São Paulo: Ciências Humanas, 1981a.

RAMOS, G. *São Bernardo*. 26. Ed. Rio de Janeiro: Record, 1976.

SCHWARZ, Roberto *Ao vencedor as batatas*. São Paulo: 34, 2003.

_____. *Machado de Assis: um mestre na periferia do capitalismo*. São Paulo: 34, 2000.

_____. “Poesia envenenada de Dom Casmurro”. *Novos Estudos Cebrap*, n. 29, março 1991 p. 85-97.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Graphia, 2002.

Enviado em: 15 de agosto de 2015

Aprovado em: 23 de junho de 2015